



Calorosas boas-vindas ao Encontro sobre O DIREITO DE PUBLICAÇÃO SECUNDÁRIA

A Ciência Aberta visa tornar o conhecimento científico livre e amplamente disponível, acessível e transparente para todos, promovendo um progresso e uma reprodutibilidade mais rápidos. Publicações de acesso aberto, dados e códigos abertos, transparência e reprodutibilidade, bem como colaboração e inclusão, são aspetos fundamentais que dizem respeito a investigadores, financiadores, editores, instituições, sociedades científicas e ao público.

Em janeiro de 2006, a Comissão Europeia publicou o *Estudo sobre a Evolução Económica e Técnica dos Mercados de Publicações Científicas da Europa* ^[1], cuja primeira recomendação é **«garantir o acesso público aos resultados de investigação financiados com fundos públicos logo após a sua publicação»**. O estudo resultou da análise do mercado atual de publicação de revistas académicas, bem como da consulta das principais partes interessadas no processo de comunicação académica (por exemplo, investigadores, financiadores, editores, bibliotecários e decisores políticos na área da investigação). Além disso, o relatório final sobre publicações científicas do *European Research Advisory Board* (Conselho do Espaço Europeu de Investigação) recomendou **«que a comissão considere obrigar todos os investigadores financiados ao abrigo do FP7 a depositar as suas publicações resultantes de investigação financiada pela UE num repositório de acesso aberto logo que possível após a publicação, para que sejam disponibilizadas ao público no prazo máximo de seis meses»**. Esta referência foi destacada na Universidade de Aveiro, em Portugal, de 15 a 18 de agosto de 2006, numa comunicação conjunta com Eugénio Rocha ^[2], atual presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática e meu coorganizador de uma conferência sobre *A Comunicação da Matemática na Era Digital*, uma reunião satélite do Congresso Internacional de Matemáticos de 2006. Essa conferência foi coorganizada também com o matemático canadiano Jonathan Borwein, que na altura era presidente do *Committee of Electronic Information and Communication* (Comité de Informação e Comunicação Eletrónica) da União Internacional de Matemática.

No entanto, esse modelo estava longe de encontrar consenso, não só entre os especialistas empresariais, que argumentavam que iria criar um aumento geral no custo das publicações para a investigação dentro do modelo comercial de acesso aberto baseado no pagamento para publicar, mas também entre os membros da comunidade matemática, que temiam que isso pudesse colocar

as suas publicações à mercê dos administradores das universidades e outras instituições, bem como à mercê de outras disciplinas mais ricas, e causar discriminação entre matemáticos, dependendo da sua capacidade de financiar as suas publicações em revistas mais baratas ou mais caras. Lembro-me de uma conversa privada com José Mariano Gago, que era um forte defensor dessa recomendação da Comissão Europeia, no primeiro semestre de 2007, no 3.º Campeonato Nacional de Jogos Matemáticos para jovens estudantes, realizado em Évora. No entanto, mesmo tendo sido ele, durante esse ano, o Ministro da Ciência do Governo português, que assumiu a Presidência da Comissão Europeia no segundo semestre desse ano, parece que pouco aconteceu na Europa até recentemente.

A Academia das Ciências de Lisboa começou em junho de 2023, através do repositório nacional gratuito RCAAP, a publicar *online* na sua Biblioteca Digital, contando desde então já com 621 publicações em Acesso Aberto.

Em outubro de 2024, a ALLEA, uma associação de *All European Academies*, da qual a Academia das Ciências de Lisboa é membro, publicou uma declaração em apoio aos direitos de publicação secundária de artigos académicos. No seu resumo executivo, podemos ler que «a Federação Europeia de Academias de Ciências e Humanidades (ALLEA) apoia há muitos anos a transição dos modelos proprietários de publicação académica para o Acesso Aberto (AA). A ALLEA saúda, por isso, o reconhecimento nas leis de um número crescente de países europeus dos chamados «Direitos de Publicação Secundária» (SPRs), que permitem aos investigadores financiados com fundos públicos disponibilizar os seus artigos publicados em sites institucionais e repositórios online sem fins lucrativos, independentemente das práticas contratuais persistentes que exigem que os autores transfiram os seus direitos de autor para editoras comerciais. Os SPRs estão a revelar-se fortes facilitadores do AA para os resultados da investigação financiada com fundos públicos, sem os custos excessivos associados aos modelos Gold OA. A ALLEA apela, portanto, à União Europeia (UE) para que inicie uma harmonização legislativa que conceda SPRs aos investigadores científicos em todos os 27 Estados-Membros da UE ^[3].

Assim, vinte anos após a recomendação do *European Research Advisory Board* sobre a publicação em acesso aberto, em nome da Academia das Ciências de Lisboa, tenho o prazer de vos dar calorosas boas-vindas e desejar o maior sucesso a este Encontro sobre O DIREITO DE PUBLICAÇÃO SECUNDÁRIA, construindo um ecossistema de conhecimento aberto na União Europeia.

José Francisco Rodrigues
Presidente

5 de fevereiro de 2026

[1] *Study on the Economic and Technical Evolution of the Scientific Publication Markets of Europe*, Directorate-General for Research, European Commission, Brussels, 2006.

[2] E. M Rocha and J. F. Rodrigues, *Disseminating and Preserving Mathematical Knowledge*, in pp. 3-21 of *Communicating Mathematics in the Digital Era*, Edited by J.M. Borwein, E.M. Rocha, J.F. Rodrigues, A K Peters, Ltd. Wellesley, Massachusetts, 2008.

[3] *ALLEA statement in support of secondary publication rights for scholarly articles*, ALLEA ([All European Academies](https://www.all-eu.org/)) Berlin, 2024.